POLICY BRIEF — Agosto 2026

Educação Política, Letramento Midiático e Juventude

Diagnóstico da Percepção Cidadã e Propostas de Políticas Educacionais para as Eleições de 2026

FutuRI Lab

Índice

1. Sumário Executivo 2

2. Contexto 3

3. Metodologia 4

4. Análise

4.1. Análise do Primeiro Encontro 5

4.2. Análise do Segundo Encontro 6

4.3. Análise do Terceiro Encontro 7

4.4. Análise Comparativa Geral 8

5. Recomendações 9

6. Conclusões 10

6.2. Nossos Ganhos Produtivos 11

6.2. Nosso Legado 11

Referências 12

Entre em Contato 13

Educação Política, Letramento Midiático e Juventude

1. Sumário Executivo

A participação política da juventude representa um dos pilares fundamentais para o fortalecimento e a manutenção das democracias contemporâneas. Em um cenário social amplamente marcado pelo crescimento vertiginoso da desinformação, pela polarização política extremada e pela intensa e ininterrupta circulação de informações em redes sociais, torna-se impreterível discutir o papel da educação política no processo de formação cidadã dos jovens.

O foco da pesquisa, de abordagem quantitativa, centrou-se em turmas do 3º ano do ensino médio da ETEC Maria Augusta Saraiva, na cidade de São Paulo. Ao longo de três encontros estruturados, os estudantes foram imersos em metodologias ativas de aprendizagem, abordando temas como a obrigatoriedade do voto, representatividade de minorias, funcionamento da máquina estatal (Três Poderes) e o impacto nocivo das fake news.

Os resultados comprovam que a educação política no ambiente escolar não é apenas um adorno curricular, mas uma ferramenta de impacto mensurável. Houve avanços estatísticos significativos no letramento institucional dos jovens (como o aumento de quase 17 pontos percentuais na compreensão dos Três Poderes) após a aplicação de dinâmicas baseadas na formulação de soluções para problemas reais. A partir deste diagnóstico, este Policy Brief formula recomendações detalhadas para os tomadores de decisão, focando na integração da cidadania digital aos currículos de educação básica, no fortalecimento da mentoria inversa como política pedagógica e no fomento à representatividade no sistema partidário.



Educação Política, Letramento Midiático e Juventude

2. Contexto

O Problema Público e a Legislação Brasileira

Embora o voto seja facultativo aos 16 e 17 anos, dados do TSE e análises de conjuntura apontam que a mobilização dessa faixa etária foi decisiva nas últimas eleições gerais. Esse protagonismo demonstra que a educação política e a alfabetização midiática no ambiente escolar são indispensáveis para suprir a carência de letramento institucional da juventude, assegurando sua autonomia crítica e fortalecendo a democracia.

Compreender como esse público percebe o sistema político, as eleições e os mecanismos democráticos é uma tarefa essencial para analisar e garantir o futuro da participação política no país. O contexto atual exige uma análise redobrada. Os jovens eleitores de 2026 estão imersos em ambientes digitais que são governados por algoritmos nebulosos, no qual a desinformação molda narrativas e influencia o poder de escolha. Consequentemente, observa-se que, apesar do interesse natural da juventude por questões de justiça social e igualdade, há um distanciamento pragmático das instituições tradicionais de poder, gerando insegurança quanto à eficácia do voto. À partir dessas premissas, adentra-se no papel da escola e da educação política, em que a realização deste projeto permitiu observar com precisão a importância do ambiente escolar como o principal espaço público de formação cidadã e desenvolvimento do pensamento crítico. A escola exerce um papel insubstituível na construção da consciência política dos jovens. Durante os diagnósticos iniciais, identificou-se que muitos estudantes possuíam genuíno interesse por temas políticos, porém apresentavam profunda insegurança em relação ao funcionamento prático - e básico - das instituições democráticas (Estado, Governo, Nação, Poderes) e também demonstravam vulnerabilidade na interpretação de informações políticas veiculadas online.

Nesse sentido, iniciativas sistêmicas de educação política tornam-se não apenas desejáveis, mas emergenciais para ampliar o conhecimento dos jovens sobre a democracia, o calendário eleitoral, os direitos políticos e as formas de participação social. Além disso, a abordagem de temas considerados sensíveis na sociedade, como a desigualdade racial, a representatividade feminina e as fake news, demonstrou que a juventude possui urgência em debater pautas contemporâneas.

Educação Política, Letramento Midiático e Juventude

3. Metodologia

Diante deste cenário, estruturou-se o presente projeto através da extensão da disciplina de Seminários e Visitas Técnicas com tema Observatório de Eleições 2026. As ações ocorreram na ETEC Maria Augusta Saraiva durante o período matutino, englobando três turmas do terceiro ano do ensino médio (compostas por jovens de 16 a 18 anos). A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma minuciosa abordagem quantitativa, que combinou a análise estatística de questionários aplicados a uma observação direta e participante das interações dos estudantes.

O projeto adotou metodologias ativas de aprendizagem, rompendo com o modelo expositivo tradicional:

Horizontalização do Conhecimento (PBL): A principal ferramenta metodológica aplicada foi o PBL (*Problem-Based Learning* ou Aprendizagem Baseada em Problemas). A proposta consistiu na criação de um laboratório de diplomacia comparada, no qual os estudantes foram divididos em grupos representando diferentes países ou blocos políticos. A partir dessa dinâmica prática, eles precisaram interpretar cenários internacionais, formular argumentações críticas e analisar como processos eleitorais globais impactam o Brasil.

Mentoria Inversa: Permitiu que os próprios estudantes assumissem a condução de discussões sobre política digital. Eles compartilharam suas perspectivas empíricas sobre *fake news*, influência do algoritmo, funcionamento de plataformas como *TikTok* e *Instagram*, e comportamento político online. Essa inversão garantiu o protagonismo estudantil e uma aproximação autêntica entre o conteúdo acadêmico das Relações Internacionais e a realidade tangível dos alunos.

O calendário do projeto foi estruturado em três eixos de encontros presenciais, o que pôde proporcionar uma imersão profunda:

Primeiro encontro (09 de abril de 2026): Apresentação introdutória sobre as eleições e aplicação de um questionário diagnóstico inicial para aferir conhecimentos prévios e percepções sobre desigualdade e obrigatoriedade do voto.

Segundo encontro (15 de abril de 2026): Aprofundamento teórico sobre sistemas políticos, focado em diplomacia comparada (com ênfase no sistema político do Peru), seguido da aplicação do questionário de checagem pós-intervenção.

Terceiro encontro (23 de abril de 2026): Desenvolvimento de um projeto prático e propositivo liderado pelos estudantes sobre *fake news* e influência tecnológica.

Educação Política, Letramento Midiático e Juventude

4.1 Análise - Primeiro Encontro: Mapeamento de Interesses e Desigualdades Estruturais

O primeiro encontro reuniu 99 alunos (resultando em 85 respostas válidas no formulário diagnóstico). O objetivo inicial foi traçar um perfil do letramento político dos estudantes e seus interesses em relações internacionais. O engajamento imediato revelou dados notórios:

No campo geopolítico, a América destacou-se como o continente de maior curiosidade inicial, concentrando cerca de 39% do interesse dos alunos em compreender os funcionamentos políticos internacionais — fator que orientou diretamente a decisão metodológica de usar o caso do Peru no segundo encontro.

Sobre a mecânica eleitoral brasileira, um dado que contrapõe o senso comum foi o forte apoio ao voto obrigatório: 63,4% dos jovens afirmaram acreditar que o voto deve continuar sendo um dever obrigatório no Brasil. Esse resultado afasta a ideia de apatia e demonstra uma visão positiva da juventude sobre o papel do voto na estabilidade democrática e na coesão social republicana.

O ponto de maior convergência, no entanto, deu-se nas percepções sobre as desigualdades estruturais. Mais de 92% dos alunos, já no primeiro encontro, apontaram que uma pessoa negra não tem as mesmas chances de apoio partidário para ganhar uma eleição em comparação a uma pessoa branca. Paralelamente, quase 83% defenderam a necessidade de leis que obriguem paridade estrita de gênero nas candidaturas dos partidos políticos.



Educação Política, Letramento Midiático e Juventude

4.2. Análise - Segundo Encontro: Diplomacia Comparada e Salto de Letramento

Realizado com 80 alunos (com 52 respostas registradas no segundo questionário), o foco foi o sistema político do Peru, escolhido devido à sua proximidade eleitoral. Os alunos utilizaram as diferenças entre as estruturas de poder do Peru e do Brasil para materializar conceitos teóricos como o funcionamento dos poderes e as garantias constitucionais.

A comparação entre os formulários (Primeiro vs. Segundo encontro) forneceu a principal evidência empírica de sucesso da política educacional aplicada:

Indicador de Conhecimento Cívico e Político	Amostra 1 (Diagnóstico)	Amostra 2 (Pós-Intervenção)	Variação e Significado
Conhece como funciona a divisão exata entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário	58,50%	75,00%	Aumento expressivo; demonstra o impacto da metodologia ativa na fixação de conteúdos constitucionais complexos.
Conhece como funciona a divisão exata entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário	58,50%	75,00%	Aumento expressivo; demonstra o impacto da metodologia ativa na fixação de conteúdos constitucionais complexos.
Conhecimento histórico específico: O ano em que as mulheres começaram a votar no Brasil (1932)	53,70%	61,50%	Melhora na apropriação histórica dos direitos civis brasileiros.
Percepção correta sobre o sistema estadunidense (Existem cerca de 55 partidos, não apenas 2)	23,20%	38,50%	Avanço no conhecimento geopolítico e desmistificação do bipartidarismo absoluto.

Educação Política, Letramento Midiático e Juventude

4.3. Análise - Terceiro Encontro: Fake News e o Protagonismo dos Adolescentes

O encontro final do primeiro bloco transferiu a condução do projeto para os alunos. Focados em "*Fake News* e Política", os grupos foram divididos para criar campanhas práticas. Os recortes escolhidos pelos próprios alunos revelam tanto suas angústias, quanto seus domínios: *Fake news e gênero feminino na política*, *Fake news e Inteligência Artificial* e *Fake news e desinformação política ampla*.

Os estudantes demonstraram profunda criatividade e uma enorme capacidade de sintetizar campanhas para as redes sociais. Observou-se de forma evidente que a juventude atual compreende a mecânica algorítmica de maneira muito ampla e clara, e sente necessidade de alertar seus pares usando linguagem acessível. A "mentoria inversa" confirmou que a abordagem passiva de palestras não se sustenta, pois a juventude exige participar ativamente da produção de defesas contra a desinformação.





Educação Política, Letramento Midiático e Juventude

4.4. Análise Comparativa Geral

A demografia se manteve consistente (com estudantes de 17 anos dominando 85,4% na primeira amostra e 82,7% na segunda). No entanto, o comportamento das respostas em temas transversais ofereceu um panorama de como as dinâmicas alteraram e podem alterar suas perspectivas em apenas algumas semanas:

I. Se no primeiro encontro o continente Americano detinha 39% do interesse de estudos políticos dos jovens, no segundo encontro esse número caiu para 28,8%. O interesse foi redistribuído, com a Ásia e a África saltando para 17,3% cada. Isso prova que, ao expor os alunos a panoramas internacionais, eles rapidamente expandem sua curiosidade global e abandonam o foco estritamente ocidental e/ou local.

II. No *fact-checking*, o número de jovens que afirmam checar a veracidade das informações políticas antes de compartilhá-las nas redes subiu de 90,2% para 94,2%.

III. Em relação ao poderio das *big techs*, a crença de que os donos das plataformas de redes sociais influenciam o resultado de uma eleição mais do que os próprios políticos já era quase unânime (90,2%) e saltou para impressionantes 96,2%. A juventude enxerga claramente que o monopólio da infraestrutura digital dita o ritmo da democracia contemporânea.

IV. Houve um leve declínio naqueles que acham que as *Fake News* influenciam "totalmente" (de 64,6% para 57,7%), o que não indica despreocupação, mas sim um refinamento crítico: ao estudarem o fenômeno, os jovens percebem que as *fake news* são uma variável relevante dentro de um sistema complexo de influências (incluindo o racismo, os recursos partidários, etc.), não a única ditadora de resultados.

V. A crença no voto obrigatório (63,4% para 67,3%), na obrigatoriedade de paridade de gênero (82,9% para 80,8%) e na percepção do racismo eleitoral (92,7% para 94,2%) mantiveram-se firmes. Tais dados comprovam que os jovens de escolas públicas têm convicções sólidas sobre o papel reparador do Estado e exigem um sistema político muito mais representativo.

Educação Política, Letramento Midiático e Juventude

5. Recomendações

A partir do diagnóstico empírico na ETEC Maria Augusta Saraiva, formulam-se quatro diretrizes estratégicas direcionadas aos tomadores de decisão (*policy makers*):

I. Institucionalização da Educação Cívica Prática e Letramento Algorítmico

Atores: Ministério da Educação (MEC), Secretarias Estaduais de Educação (SEDUC) e Conselhos de Educação.

Ações: Integrar na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio componentes curriculares obrigatórios de educação cívica, funcionamento das instituições estatais e letramento algorítmico/checagem de fatos (*fact-checking*). Também fomentar a capacitação docente em metodologias ativas (*Problem-Based Learning*) e laboratórios de diplomacia comparada.

II. Fortalecimento da Extensão Universitária e Simulações Eleitorais

Atores: Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) e Instituições de Ensino Superior (IES).

Ações: Estabelecer editais de fomento para expandir "Observatórios Eleitorais" em escolas públicas, recorrendo à mentoria inversa (PBL) para aproximar discentes universitários dos secundaristas através de simulações de voto, júris simulados e estímulo ao alistamento eleitoral facultativo.

III. Regulação e Transparência Algorítmica das Plataformas Digitais (*Big Techs*)

Atores: Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal (STF) e Justiça Eleitoral.

Ações: Implementar mecanismos de auditoria pública sobre algoritmos de recomendação e impulsionamento político pago nas redes sociais. Criar centros integrados de resposta rápida para neutralização e rotulagem compulsória de desinformação e *deepfakes* geradas por inteligência artificial.

IV. Efetividade de Ações Afirmativas e Representatividade Partidária

Atores: Diretórios Nacionais dos Partidos Políticos e Tribunal Superior Eleitoral.

Ações: Fiscalizar em tempo real o repasse de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e do tempo de antena para candidaturas femininas e negras, coibindo anistias ao descumprimento de cotas para assegurar uma representação institucional inclusiva.

Educação Política, Letramento Midiático e Juventude

6.1. Conclusões

A implementação dedicada do projeto do Observatório de Eleições 2026 na ETEC Maria Augusta Saraiva rompeu com a premissa falaciosa e frequentemente propagada de que a juventude contemporânea é apática ou inerentemente desinteressada pelas dinâmicas democráticas. A intervenção demonstrou que o distanciamento observado comumente decorre da ausência de espaços institucionais acolhedores, horizontais e metodologicamente preparados para traduzir temas de alta complexidade em ferramentas cotidianas de emancipação cidadã.

O projeto gerou um impacto palpável ao desmistificar a política tradicional e retirá-la de um campo abstrato ou excessivamente burocrático, linguagens que naturalmente afastam os mais jovens. Ao introduzir as dinâmicas ativas de *Problem-Based Learning* (PBL) e, em especial, o laboratório imersivo de diplomacia comparada, pôde-se transformar os estudantes de meros ouvintes em agentes deliberativos e produtores de soluções. A metodologia aplicada proporcionou uma ponte direta e pragmática entre a complexa teoria política (Relações Internacionais, separação dos Três Poderes) e a vivência comunitária dos estudantes da rede pública. Sobretudo, fez a diferença ao validar e legitimar as preocupações que eles já traziam de seus cotidianos: a profunda desigualdade racial nas disputas de poder e a insustentável sub-representação feminina.





Educação Política, Letramento Midiático e Juventude

6.2. Nossos ganhos produtivos

Os ganhos produtivos desta pesquisa acadêmica revelam aprendizados de alto valor para o ensino de humanidades no Brasil:

I. O Poder Prático da Mentoria Inversa: Ficou provado que a escola tradicional subestima o letramento digital do jovem. Ao passarmos a palavra aos estudantes, vimos que eles dominam os fluxos das redes sociais. Essa abordagem produtiva resultou na criação espontânea de campanhas de enfrentamento à desinformação sobre Inteligência Artificial e gênero, desenhadas de jovens para jovens, um modelo muito mais persuasivo do que cartilhas institucionais.

II. Salto Cognitivo Comprovável e Medido: Não foi apenas uma sensação de melhora; os dados atestam a produtividade da ação. O avanço de 58,5% para 75,0% na compreensão dos Três Poderes prova que, quando a política deixa de ser uma aula expositiva e passa a ser uma oficina de resolução de problemas de outros países (como no caso peruano), a retenção cognitiva do aluno tem um aumento vertiginoso.

III. O Interesse Geopolítico Desperta: Retirou-se de forma produtiva o mito de que o jovem de ensino médio restringe sua visão ao Brasil ou aos EUA. A migração majoritária do interesse pelas Américas em direção à curiosidade sistêmica sobre a política na África e na Ásia aponta para uma juventude interessada em compreender a multipolaridade do século XXI.

6.3. Nosso Legado

.O principal legado do projeto é a consolidação de um modelo escalável de extensão universitária que atua como uma "vacina cívica" contra a desinformação, integrando o Ensino Superior à Educação Básica pública.

Seu impacto consolida-se em duas frentes indissociáveis: na formação cidadã e pedagógica das graduandas de Relações Internacionais da FECAP e no desenvolvimento da autonomia crítica dos estudantes do Ensino Médio da rede pública. Munidos de repertório conceitual e conscientes dos impactos do racismo estrutural e dos algoritmos das *Big Techs*, os jovens deixam de ser meros alvos de *fake news* e tornam-se eleitores conscientes, preparados para fiscalizar mandatos, exigir representatividade e atuar na defesa das instituições democráticas para as eleições de 2026.

REFERÊNICAS

BIROLI, Flávia. Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Democracia e os códigos invisíveis: como os algoritmos estão moldando o comportamento humano. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Educação política e cidadania. Brasília, DF: TSE, 2025.

FuturI Lab FuturI Lab FuturI Lab FuturI Lab FuturI Lab

Entre em contato:

Barbara Vidal de Carvalho

Giovana Ohannesian Matteo

Letícia Souza Grecco

Mariana Gomes Bavaresco

FECAP

FuturI Lab FuturI Lab FuturI Lab FuturI Lab FuturI Lab